INFORME DA GREVE UFMG/87

Nº2

"MEC NÃO ATENDERÁ PROFESSOR GREVISTA"

Com esta chamada, o Jornal do Brasil de 5ª feira, dia 26/03, introduz uma matéria que afirma: "O MEC não considera justa a greve deflagrada pelos docentes e não pretende atender às suas reivindicações por mais verbas e maiores salários - simplesmente porque julga que o maior problema dessas instituições de ensino superior não é a falta de recursos orçamentários, e sim o mau gerenciamento." Além disso, as Universidades Federais são acusadas de ineficientes por sua baixa produção científica, principalmente se comparadas com certas Universidades Estaduais.

Numa análise mais apurada, nota-se que a matéria contrasta a produção científica das 4"maiores universidades estaduais"(todas do Rio e São Paulo: USP,UNICAMP, UNESP, UERJ), com a apresentada por 5 universidades federais (UFMG, UFRJ, UFGO, UFES, UFRN), de regiões diferentes e condições de trabalho não comparáveis. A questão salarial também é discrepante se se contrastam universidades estaduais com federais autárquicas.

O MEC considerou produção científica artigos publicados em revistas científicas nacionais ou estrangeiras, publicação de livros ou artigos em jornais, produção científica de congressos, teses de mestrado ou doutorado, patentes e protótipos registrados no INPI, desenvolvimento de tecnologias e de produtos, relatórios técnicos e de pesquisa, prestação de assessoria ou consultoria, organização de cursos de curta duração e de eventos e exposições.

A CPPD não considerou todos esses tópicos em seu levantamento por ser a primeira vez que se fez análise conjunta dos relatórios departamentais na Universidade, e, portanto, houve falhas em sua elaboração e preenchimento.

Mesmo sem considerar alguns ítens da avaliação do MEC, tais como consultorias e assessorias, relatórios de pesquisa, artigos em jornais, patentes e protótipos, desenvolvimento de tecnologias e produtos, relatórios técnicos, cursos de curta duração, a CPPD acusou 2960 trabalhos num total de 2687 professores avaliados, enquanto que o MEC "achou" 1444 trabalhos para um total de 2985 professores. Portanto, pelo MEC são necessários dois professores para cada trabalho produzido enquanto que a análise da CPPD aponta um trabalho produzido por professor.

Alguns segmentos da imprensa falada e escrita parecem estar empunhados em denegrir a imagem da Universidade Pública e Gratuita. A estadualização da Universidade, o maior engôdo que se poderia propor no momento, estaria sendo a mola propulsora desta onda de desmoralização? Cabe perguntar: a quem interessa o fim do ensino público e gratuito no país?

FUNDO DE GREVE

O Comando de Greve já tem a sua Comissão de Finanças, responsável pelo Fundo de Greve, que é composta por Eliane , do ICB, Adalgisa e Dora, da Fafich e Ciomara, da Educação Física.

A Comissão de Finanças solicita que as unidades formem sub-comissões de finanças para recolhimento das contribuições. É importante que cada unidade tenha um responsável pelo fundo de greve em contato permanente com o Comando.

A Comissão solicita ainda aos professores autores de livros, discos e obras de arte que doem exemplares de seus trabalhos para o Fundo de Greve. A APUBH instalará um "stand" de exposição e venda das obras doadas.

SOBRE O PLANO DE CARREIRA

A ANDES protocolou junto ao MEC, em setembro do ano passado, o Plano de Cargos e Salários (ou Plano de Carreira Unificada) que faz parte da pauta de reivindicações. Este Plano é resultado de discussões realizadas em todas as Universidades federais (autarquias e fundações), que ganharam forma final no CONAD -Conselho Nacional de Associações de Docentes, que reune delegados de todo o país - de setembro/86.

Dentre outros, destacam-se os seguintes pontos, na proposta de carreira reivindicada em conjunto por autarquias e fundações:

1. Eliminação da restrição de vagas para professor titular;
2. Promoção funcional por titulação e por tempo de serviço, sendo esta última através de avaliação do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão após cumprimento do interstício de 2 anos em cada nível. Para mudança de classe a avaliação do desempenho caberá a uma banca especial designada pelo CEPE, com base em memorial das atividades do docente;
3. Os regimes de trabalho são DE e 20 horas, este recebendo remuneração igual a 1/3 (um terço) do salário do primeiro;
4. Processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes regulamentadas pelo CEPE de acordo com diretrizes do MEC;
5. Carga didática anual máxima de 180 horas;
6. Ano sabático para aperfeiçoamento técnico-profissional após cada período de 7 (sete) anos de efetivo exercício do magistério em IES federais;
7. Licença sem vencimentos por,no máximo,4 (quatro)anos;
8. Anuênio (1% aumento real para cada ano de exercício)
9. Complementação integral de salário no caso de afastamento por motivo de doença ou acidente de trabalho;
10. Aposentadoria integral até o valor atualizado do salário;
11. Licença especial na paternidade (10 dias).

INFORME NACIONAL

Já se decidiram pela não reposição das aulas: Mato Grosso do Sul, Ouro Preto, Viçosa, Sergipe, Piauí, Universidade Federal do Pará, Ciências Agrárias do Pará, UF de Pernambuco, CEFET Rio, Federal do Paraná, Federal de Alagoas, Federal da Bahia, Federal do Espírito Santo.

Em discussão: Rio Grande, São Carlos, UnB, Mato [illegible], UFU, Maranhão, Acre, Ceará, João Pessoa, Rural de Pernambuco, Goiás, UFMG, UFF, UERSJ, Rural Rio, EFM. Dados do Conad Extraordinário realizado em Brasília, em 22 de março/87.